

São Paulo (SP), 08 de junho de 2.011
DINOP / CSL São Paulo (SP) - Setor Licitação 2

A
Gerência de Área

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2011/7421-0130 – SL - Credenciamento de Sociedades de Advogados para a composição de cadastro dos prestadores de serviços técnicos de natureza jurídica ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, para atuação em todo o território nacional, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, com a finalidade de cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, consistindo a prestação dos serviços na prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial, em primeiro e segundo graus de jurisdição, bem como em juizados especiais, colégios e turmas recursais, conforme discriminado na cláusula segunda do Contrato constante do Anexo II do Edital. Apresentamos nossa análise do conteúdo da impugnação apresentada

1. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:

O pedido de IMPUGNAÇÃO foi apresentado de acordo com o prazo estabelecido no Art. 41, Parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

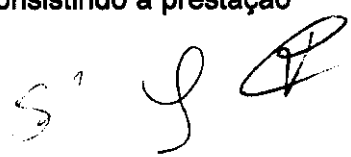
2. DO PEDIDO E ALEGAÇÕES:

O escritório Leite Rossetti Almeida Advogados exige, em síntese: (i) a retirada das exigências pertinentes à "dívidas com veículos vinculados em garantia"; (ii) a não discriminação das Unidades da Federação em que executou o serviço; (iii) exclusão da exigência de atuação em no mínimo 20 (vinte) diferentes Unidades da federação e; (iv) alteração do critério de classificação para que se dê preferência ao licitante que comprovar maior quantitativo na prestação de serviços de cobrança de dívida judicial ou extrajudicial, e não maior quantidade de atestados apresentados, apresentamos como resposta os argumentos a seguir aduzidos.

3. DA ANÁLISE:

Quanto à exigência editalícia de comprovação de prestação de serviços em cobrança de dívidas referentes a veículos vinculados em garantia, temos que referida imposição ocorre em razão da própria natureza do serviço a ser prestado e lícitado, que tem por finalidade a cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia. Desta feita, não faz sentido exigir comprovação de prestação de serviço diverso daquele que se pretende licitar, fato este que por si só feriria os princípios norteadores do procedimento licitatório.

A prestação de simples serviços de cobrança de dívidas, como pretende o Impugnante, não pode qualificar o licitante a prestar o serviço pretendido no objeto da presente licitação. É preciso o *plus: expertise incontest* na "cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, consistindo a prestação



dos serviços na prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial, em primeiro e segundo grau de jurisdição”.

Por sua vez, a exigência de apresentação de atestados que mencionem expressamente a Unidade da Federação em que o serviço foi prestado não se configura restrição à participação de licitantes, tampouco fere os princípios da moralidade e igualdade administrativa, pois cabe ao Banco do Brasil S.A. auferir a prestação dos mencionados serviços nos Estados brasileiros, mesmo que estes sejam necessários em locais distantes das metrópoles mais populosas.

A exigência de prestação de serviços em 20 (vinte) Unidades da Federação não contraria a legislação vigente, em especial a Lei 8666/93, na medida em que a determinação justifica-se plenamente pois o licitante vencedor prestará serviços ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, em âmbito NACIONAL, sendo responsável pela cobrança de créditos que possuam os veículos automotores vinculados em garantia.

E de forma diversa não poderia ocorrer, haja vista a extensão e magnitude dos serviços para os quais será o vencedor contratado. Não há outra forma senão esta de se auferir a amplitude de alcance dos serviços a serem prestados pelo licitante. É de relevância ímpar o número de Estados nos quais os participantes já atuam; sem este dado não há como o Banco do Brasil S.A. mensurar e classificar os licitantes.

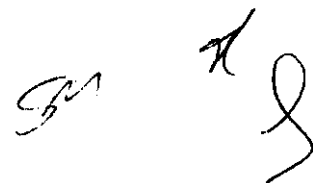
O requisito demandado pelo Edital apenas reforça a grandiosidade do serviço a ser prestado, na medida em que este deverá abranger TODO o território nacional, não se limitando a circunscrições determinadas. O número de 20 (vinte) Estados mostra-se dentro dos parâmetros requeridos pelo Banco do Brasil S.A. de seus prestadores de serviços. Diminuir ou suprimir referida exigência traria prejuízos certos ao Banco do Brasil S.A. e a suas subsidiárias, pois possibilitaria a contratação de prestadores de serviços inexperientes, os quais trariam prejuízos ao Banco do Brasil S.A. e a suas subsidiárias. Prejuízos estes que seriam questionados pelos órgãos fiscalizadores desta instituição financeira e iriam de encontro aos princípios¹ da moralidade, economicidade, legalidades, dentre outros norteadores da Administração Pública.

Quanto aos critérios previstos no item 5.3.2. reiteramos que estes se traduzem na forma mais objetiva e legal de classificação dos licitantes, pois trazem requisitos objetivos de comprovação da atuação dos escritórios.

Com base em parecer técnico, passamos a análise e decisão quanto a impugnação impetrada.

A respeito do assunto, importa esclarecer, que a prestação de serviço conforme se pretende contratar, não deve ser fracionada. Não se trata de fases ou etapas aptas a ensejar a realização de um procedimento licitatório para cada uma delas, mas divisão de atos e de procedimentos para efeitos meramente didáticos e de organização sob pena de não se realizar a prestação do serviço de forma satisfatória para a Administração Pública. Embora o artigo 23, parágrafos 1º e 2º entenda como devido o fracionamento, em se tratando de prestação de serviços em etapas, a jurisprudência é clara ao

¹ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)



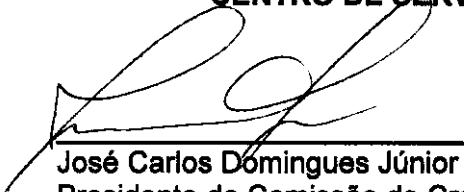

legitimar tal medida desde que haja viabilidade econômica e técnica para Administração. Portanto, não se trata de uma exigência da lei feita de forma incondicional

Por fim, em se tratando do insurgimento da Impugnante relativo à exigência de que os serviços que serão prestados sejam feitos por advogados, embora os descritos como da fase extrajudicial não sejam privativos deles, o edital prevê como seu objeto o credenciamento de Sociedade de Advogados para a composição de cadastro de prestadores dos **serviços técnicos de natureza jurídica** e não qualquer serviço. Assim sendo, a prestação de serviços de natureza jurídica só podem ser prestados por advogados. Portanto, legítima a exigência. Por essas razões, não vislumbramos quaisquer irregularidades na forma prevista no certame de comprovação da regularidade fiscal da empresa.

5. DA DECISÃO

Analisados os questionamentos trazidos pelo escritório LEITE ROSETTI ALMEIDA ADVOGADOS, comunicamos a decisão de negar provimento ao seu pedido de impugnação.

CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA SÃO PAULO (SP)
Setor de Licitações


José Carlos Domingues Júnior
Presidente da Comissão de Credenciamento
Tais Izídio de Oliveira Bragatelli
Integrante da Comissão
Sueli Maria Vicente Vieira
Integrante da Comissão

São Paulo (SP), 08 de Junho de 2.011
DINOP / CSL São Paulo (SP) - Setor Licitação 2

A
Gerência de Área

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2011/7421-0130 – SL - Credenciamento de Sociedades de Advogados para a composição de cadastro dos prestadores de serviços técnicos de natureza jurídica ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, para atuação em todo o território nacional, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, com a finalidade de cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, consistindo a prestação dos serviços na prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial, em primeiro e segundo grau de jurisdição, bem como em juizados especiais, colégios e turmas recursais, conforme discriminado na cláusula Segunda do Contrato constante do Anexo II do Edital. Apresentamos nossa análise do conteúdo da impugnação apresentada pelo escritório BFM SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

1. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:

O pedido de IMPUGNAÇÃO foi apresentado de acordo com o prazo estabelecido no Art. 41, Parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

2. DO PEDIDO E ALEGAÇÕES:

A sociedade de advogados questionou o item 2.1.1. do instrumento convocatório, o credenciamento prévio exigido e exigência editalícia prevista no item 5.2.4..

3. DA ANÁLISE:

Sobre o assunto, asseveramos que o fracionamento do objeto da licitação em etapas ou parcelas deve ser efetuado pela Administração Pública desde que "comprovarem técnica e economicamente viáveis". Portanto, não se trata de regra absoluta, que deverá acontecer incondicionalmente, há necessidade que se comprove a viabilidade técnica e econômica de tal medida.

De acordo com o edital, seu objeto é o Credenciamento de Sociedades de Advogados para a composição de cadastro de prestadores de **serviços técnicos de natureza jurídica** ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, com a finalidade de cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia.

Além disso, estabelece que a prestação dos serviços consistirá na **prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial.**

Percebe-se que embora o instrumento convocatório tenha dividido a prestação do serviço, qual seja, cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, em procedimentos referentes às fases pré-processual e processual, o fez para fins meramente didáticos, referindo-se a apenas um único objeto, buscando-se uma única finalidade.





Assim sendo, evidentemente, haverá diversos procedimentos necessários à execução dos serviços objeto deste edital.

Desse modo, embora haja previsão legal de que cada etapa ou conjunto de etapas do serviço, corresponda licitação distinta, tal medida será possível apenas diante de viabilidade técnica e econômica.

Eventual fracionamento em razão da divisão de fases da prestação do serviço previsto neste edital, não é viável econômica, tampouco tecnicamente, por tratar-se de apenas um serviço, cobrança de créditos que possuam veículos automotores em garantia e para tal o Banco do Brasil pretende o credenciamento de Sociedades de Advogados que prestem serviços técnicos de natureza jurídica, sendo responsáveis pela prática de todos os atos e procedimentos necessários à execução e efetiva satisfação.

Quanto ao credenciamento prévio igualmente impugnado pela Sociedade de Advogados, ressaltamos que este é exigido em razão da análise mais detida a ser realizada pelo Banco, buscando-se a qualificação técnica dos interessados.

E de modo diverso não poderia ocorrer, uma vez que a própria Lei 8.666/93, em seu artigo 114 defere referida faculdade à Administração Pública.

Por fim, o impugnante busca impelir um alegado caráter excessivo à exigência editalícia prevista no item 5.2.4. sem o devido respaldo jurídico.

Acerca do assunto, é importante consignar que, não obstante a justificativa da impugnante, a mera demonstração do potencial para a prestação dos serviços objeto da licitação não é suficiente para o Banco. Outrossim, há que se comprovar efetivamente a possibilidade concreta de que o serviço será prestado de maneira satisfatória. Tal comprovação só é possível mediante a apresentação dos atestados exigidos no edital.

Isso porque, o Banco, em razão da quantidade, do volume de suas operações e da capilaridade de sua rede de dependências, demandará expressivamente os escritórios contratados para defesa de seus interesses em todo o território nacional, o que lhes exigirá capacidade técnica e operacional mínima para assegurar que o serviço será prestado, de forma satisfatória e em condições de atender às demandas oriundas de todas as regiões do País.

Ademais, ressalte-se que o tipo de serviço a ser prestado tem repercussão na atividade fim do Banco do Brasil. Logo, se a potencialidade do atendimento não se confirmar durante a execução dos serviços, haverá impacto negativo diretamente no seu resultado, inclusive com danos ao erário.

Dá a necessidade de se comprovar, não só a estrutura operacional, mas também o nível de especialização, a experiência e o desempenho prévio no atendimento de abrangência nacional, bem como a sua reputação nesse mercado.

Ressalte-se que os requisitos constantes do edital não têm como finalidade cercear a participação de sociedades de advogados ou privilegiar outras, mas sim possibilitar a contratação daquelas que possuem condições mínimas para a satisfatória prestação dos serviços contratados. As condições valem para todas as empresas e serão contratadas todas as que se habilitarem no processo, mediante a comprovação de sua aptidão, preservando-se, assim, o princípio da isonomia e da competitividade.

Assim, considerando a atuação pulverizada do Banco do Brasil em toda a extensão do território nacional e o vultoso volume de demandas, é plenamente razoável e proporcional a exigência de comprovação de qualificação técnica dos interessados

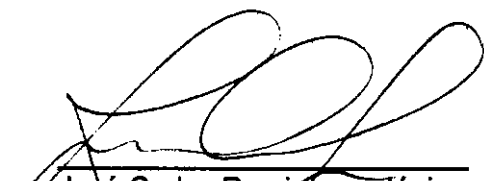
em, no mínimo 20 UF. Além disso, em razão de sua natureza jurídica, o Banco do Brasil tem o dever de observar os princípios da economicidade e da eficiência na gestão dos processos terceirizados, com vistas a obter o melhor serviço ao menor custo operacional.

Diante dos termos apresentados, o Edital de Credenciamento reproduziu da forma mais legal e impessoal possíveis às exigências requeridas para a prestação do serviço de "cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, consistindo a prestação dos serviços na prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial, em primeiro e segundo graus de jurisdição", permanecendo em sua redação original, tal qual foi publicado no Diário Oficial do dia 6 de maio p.p.

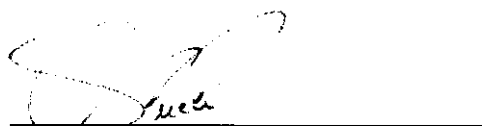
5. DA DECISÃO

Analizados os questionamentos trazidos pela BFM SOCIEDADE DE ADVOGADOS, comunicamos a decisão de negar provimento ao seu pedido de impugnação.

CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA SÃO PAULO (SP) Setor de Licitações



José Carlos Domingues Júnior
Presidente da Comissão de Credenciamento

Tais Izídio de Oliveira Bragatelli
Integrante da Comissão

Sueli Maria Vicente Vieira
Integrante da Comissão

São Paulo (SP), 08 de junho de 2.011
DINOP / CSL São Paulo (SP) - Setor Licitação 2

A
Gerência de Área

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2011/7421-0130 – SL - Credenciamento de Sociedades de Advogados para a composição de cadastro dos prestadores de serviços técnicos de natureza jurídica ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, para atuação em todo o território nacional, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, com a finalidade de cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, consistindo a prestação dos serviços na prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial, em primeiro e segundo graus de jurisdição, bem como em julgados especiais, colégios e turmas recursais, conforme discriminado na cláusula Segunda do Contrato constante do Anexo II do Edital. Apresentamos nossa análise do conteúdo da impugnação apresentada pela empresa BACCHERETI ADVOGADOS ASSOCIADOS – Calçada dos Crisântemos, nº 26, 2º piso, Alphaville, Barueri – SP.

1. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:

O pedido de IMPUGNAÇÃO foi formalmente acolhido, pois foi apresentado dentro do prazo estabelecido no Art. 41, Parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

2. DO PEDIDO:

A citada sociedade de advogados requer seja recebida e julgada a impugnação, com intenção de diminuir o número mínimo de Unidades Federativas exigido para a comprovação de prestação de serviços similares ao objeto licitado, previsto no subitem 5.2.4, alínea "I" do edital, na forma das razões expostas.

3. DAS ALEGAÇÕES:

A impugnante insurge-se contra a exigência prevista no subitem 5.2.4, alínea "I", que estabelece a necessidade de comprovação da prestação dos serviços licitados em, no mínimo, 20 (vinte) Unidades da Federação.

Para tanto, além da doutrina de Marçal Justen Filho, a Licitante cita a Lei de Licitações, no sentido de que tal exigência é excessiva e restringe a competitividade. Além disso, sustenta a violação aos princípios da legalidade, da isonomia e da proposta mais vantajosa para a Administração.

Argumenta que o requisito combatido restringe a competitividade "mediante a exigência de especificações técnicas irrelevantes para o atendimento às necessidades a que se destina o objeto da licitação".



Alega que *"a Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos interessados em participar do processo licitatório, deve aferir se estes dispõem de experiência, conhecimentos e do aparato operacional suficiente a atender o objeto do contrato administrativo"*. A esse respeito, menciona o que estabelece o inciso II do artigo 30¹ da Lei 8.866/93.

Combate o excesso de atestados exigidos para comprovação da qualificação técnica (atuação em 20 UF distintas).

4. DA ANÁLISE:

Com base no parecer técnico, passamos à análise e decisão quanto a impugnação impetrada.

Acerca do assunto, é importante consignar que, não obstante a justificativa da impugnante, a mera demonstração do potencial para a prestação dos serviços objeto da licitação não é suficiente para o Banco. Outrossim, há que se comprovar efetivamente a possibilidade concreta de que o serviço será prestado de maneira satisfatória. Tal comprovação só é possível mediante a apresentação dos atestados exigidos no edital.

Isso porque o Banco, em razão da quantidade, do volume de suas operações e da capilaridade de sua rede de dependências, demandará expressivamente os escritórios contratados para defesa de seus interesses em todo o território nacional, o que lhes exigirá capacidade técnica e operacional mínima para assegurar que o serviço será prestado, de forma satisfatória e em condições de atender as demandas oriundas de todas as regiões do País.

Ademais, ressalte-se que o tipo de serviço a ser prestado está diretamente ligado à atividade fim do Banco do Brasil. Logo, se a potencialidade do atendimento não se confirmar durante a execução dos serviços, haverá impacto negativo diretamente no seu resultado, inclusive com danos ao erário.

Daí a necessidade de se comprovar, não só a estrutura operacional, mas também o nível de especialização, a experiência e o desempenho prévio no atendimento de abrangência nacional, bem como a sua reputação nesse mercado.

Corroborando esse entendimento, Marçal Justen Filho², ao comentar o artigo 30 da Lei de Licitações, leciona que:

¹ Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

² Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª Edição, Editora Dialética, São Paulo: 2009 – p.416.

"As exigências quanto à qualificação técnica devem estar previstas de modo expresse. Para tanto, a Administração devera verificar os requisitos para desempenho das atividades que constituirão encargo do sujeito contratado. Eventualmente, a execução da prestação pressupõe o domínio de determinado tipo de habilidade ou de certas tecnologias; (...) em outros, é imprescindível a participação de pessoal qualificado. Admite-se comprovação de experiência anterior na execução de prestações semelhantes. O conceito de 'qualificação técnica' permite, por isso, ampla definição para o caso concreto. Alude-se, nessa linha, à qualificação técnica real. Significa que a qualificação técnica a ser investigada é não apenas aquela teórica, mas também a efetiva, concreta, prática. É a titularidade de condições práticas e reais de execução do contrato. Em vez de exame apenas teórico do exercício da atividade, as exigências voltam-se para a efetiva condição prática de desempenhar satisfatoriamente o objeto licitado".

Outro aspecto abordado pela impugnante diz respeito ao excesso de atestados exigidos para comprovação da qualificação técnica. Ao combater a exigência, comenta que, no seu entendimento, o edital poderia até exigir número mínimo de UF no país, porém a quantidade especificada (atuação em 20 UF distintas) é demasiada e inibe a participação das empresas no processo licitatório.

Nesse particular, optou-se pela contratação de empresas com capacidade técnica e operacional mínima para assegurar que o serviço seja prestado, de forma satisfatória, nas 27 UF do País, exigindo-se, para tanto, a comprovação de experiência/atuação na prestação dos serviços objeto do certame em, pelo menos, 20 UFs no País, por necessidade da Administração.

Nesse sentido decidiu o Superior Tribunal de Justiça³:

"2. Não se comete violação art. 30, II, da Lei nº 8.666/93, quando, em procedimento licitatório, a Administração Pública edita ato visando a cercar-se de garantias o contrato de prestação de serviços de grande vulto e de extremo interesse para os administrados.

3. Tendo em vista o elevado montante dos valores objeto de futura contratação, é dever do administrador público realizar todas as etapas do processo seletivo do prestador do serviço com grande cautela, pautando-se rigorosamente pelos preceitos legais aplicáveis, especialmente o artigo 30 § 1º, da Lei nº 8.666/93, e outros pertinentes."

Note-se que, aplicando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o Banco busca aferir a qualificação técnica dos licitantes em apenas 20 Unidades da Federação, sendo que os credenciados deverão ter plenas condições de atuar na defesa dos interesses do conglomerado em todo território nacional, nas 27 UFs.

Ressalte-se que os requisitos constantes do edital não têm como finalidade cercar a participação de sociedades de advogados ou privilegiar outras, mas sim possibilitar a contratação daquelas que possuem condições mínimas para a satisfatória prestação dos serviços contratados. As condições valem para todas as empresas e serão contratadas todas as que se habilitarem no processo, mediante a

³ Superior Tribunal de Justiça, RMS nº 13.607/RJ, 1ª T., Rel. Min. José Delgado, j. 02.05.2002, DJ de 20/08/2001.



comprovação de sua aptidão, preservando-se, assim, o princípio da isonomia e da competitividade.

Assim, considerando a atuação pulverizada do Banco do Brasil em toda a extensão do território nacional e o vultoso volume de demandas, é plenamente razoável e proporcional a exigência de comprovação de qualificação técnica dos interessados em, no mínimo 20 UF. Além disso, em razão de sua natureza jurídica, o Banco do Brasil tem o dever de observar os princípios da economicidade e da eficiência na gestão dos processos terceirizados, com vistas a obter o melhor serviço ao menor custo operacional.

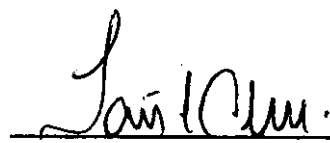
Por essas razões, não vislumbramos quaisquer irregularidades na forma de comprovação da qualificação técnica estabelecida no certame.

5. DA DECISÃO:

Analizados os questionamentos trazidos pela empresa BACCHERETI ADVOGADOS ASSOCIADOS, comunicamos a decisão de negar provimento ao seu pedido de impugnação.

CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA SÃO PAULO (SP) Setor de Licitações



José Carlos Domingues Júnior
Presidente da Comissão de Credenciamento

Tais Izídio de Oliveira Bragatelli
Integrante da Comissão

Sueli Maria Vicente Vieira
Integrante da Comissão

A
Gerência de Área

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2011/7421-0130 – SL - Credenciamento de Sociedades de Advogados para a composição de cadastro dos prestadores de serviços técnicos de natureza jurídica ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, para atuação em todo o território nacional, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, com a finalidade de cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, consistindo a prestação dos serviços na prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial, em primeiro e segundo graus de jurisdição, bem como em julgados especiais, colégios e turmas recursais, conforme discriminado na cláusula Segunda do Contrato constante do Anexo II do Edital. Apresentamos nossa análise do conteúdo da impugnação apresentada pela empresa MARIUZZO DE ANDREADE – ADVOGADOS ASSOCIADOS – Rua Joaquim Floriano, 446, cj. 1603 – Ed. Offices, Condomínio Brascan Century Plaza, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

1. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:

O pedido de IMPUGNAÇÃO foi formalmente acolhido pois foi apresentado dentro do prazo estabelecido no Art. 41, Parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

2. DO PEDIDO:

A citada sociedade de advogados requer seja acolhida a impugnação para EXCLUIR do edital as ilegalidades apontadas no item 5, subitem 5.2.4 do edital, na forma das razões expostas.

3. DAS ALEGAÇÕES:

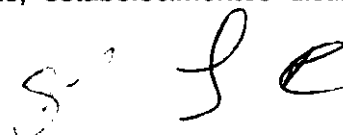
A Impugnante insurge-se, em resumo, contra a exigência prevista no subitem 5.2.4, relativo à comprovação da regularidade fiscal da matriz e da filial, perante os Órgãos Fazendários.

Como argumento, destaca o entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema, em especial o Resp 900.604/RN, Rel. Min. Falcão, j. 15.03.2007, do Superior Tribunal de Justiça.

4. DA ANÁLISE:

Com base em parecer técnico, passamos à análise e decisão quanto a impugnação impetrada.

A respeito do assunto, importa esclarecer que matriz e filial não são pessoas jurídicas distintas. Ao contrário, representam, apenas, estabelecimentos distintos



pertencentes à mesma pessoa jurídica. Vale dizer, é a pessoa jurídica licitante que, se ao final for vencedora, assinará o contrato com a Administração Pública.

No âmbito tributário, contudo, matriz e filial gozam de autonomia entre si, razão pela qual exige-se a inscrição distinta no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

Daí infere-se que tal distinção é apenas para fins fiscais, ou seja, a matriz pode apresentar débito e a filial não, e vice-versa, havendo tratamento distinto para ambas sob esse aspecto.

Insta salientar que, embora exista esse tratamento diferenciado em termos fiscais, por se tratar da mesma pessoa jurídica, não há que se falar em insolvência apenas da filial ou da matriz. Ou seja, os débitos, tanto da matriz, quanto da filial, **Impactam diretamente não apenas no resultado, mas sobretudo na "saúde" financeira da pessoa jurídica como um todo.**

Assim sendo, ao exigir a regularidade fiscal tanto da matriz quanto da filial, a Administração visa resguardar-se contra possíveis prejuízos ao Erário, especialmente caso a empresa não possa adimplir com suas obrigações de natureza tributária.

Adverta-se que há certos tributos, especialmente em relação ao INSS e ao FGTS, cuja arrecadação é feita de forma centralizada, abrangendo, portanto, matriz e filiais.

Neste caso, tais certidões, mesmo as apresentadas pelas filiais, são expedidas em nome da matriz, sem que nisto haja qualquer ilegalidade (TCU, decisão nº 679/97).

A corroborar, destacamos trecho do voto relator de acórdão citado pela própria Impugnante¹:

(...)

Já **RENATO GERALDO MENDES**, em sua obra intitulada "Lei de Licitações e Contratos Anotada", é bem mais específico, verbis:

"Marçal Justen Filho entende que a prova de regularidade fiscal deve ser relativa à matriz e filiais."

(...)omissis.

"A maior dúvida em torno da norma diz respeito à definição de "sede do licitante". Sob o ponto de vista tributário, cada estabelecimento (ou seja, a matriz e cada uma das filiais) é considerado domicílio tributário. Já sob o ponto de vista do Direito Comercial, sede é o lugar onde se concentra a administração da pessoa jurídica, o comando da empresa: normalmente a matriz. Como a questão é fiscal, vale a definição tributária acima exposta. Não obstante o reconhecimento dessa questão e, ainda, com a finalidade de evitar problemas operacionais para os licitantes e para a própria Administração, entendo que a prova de regularidade deve ser relativa à matriz (sempre) e da filial que vai executar o contrato, se for o caso. Mesmo na hipótese de o contrato ser executado pela matriz, não vejo impedimento de se exigir a prova de regularidade da filial situada no estado ou município que promove a licitação. Se é possível, em princípio, solicitar a prova de regularidade da matriz e de todas as filiais, não há impedimento para que se adote esta última alternativa."

¹ Superior Tribunal de Justiça, Resp 900.604/RN, Rel. Min. Falcão, j. 15.03.2007.

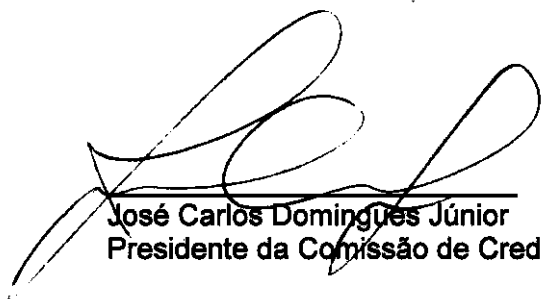
Quem pode mais, tem de poder menos, exceto se a lei impedir o menos, o que não é o caso". (Síntese Editora, 4ª edição, pág. 108). (destacamos)

Por essas razões, não vislumbramos qualquer irregularidade na exigência de comprovação da regularidade fiscal da empresa, na forma como previsto no edital do certame.

5. DA DECISÃO

Analisados os questionamentos trazidos pela empresa MARIUZZO DE ANDREADE – ADVOGADOS ASSOCIADOS, comunicamos a decisão de negar provimento ao seu pedido de impugnação.

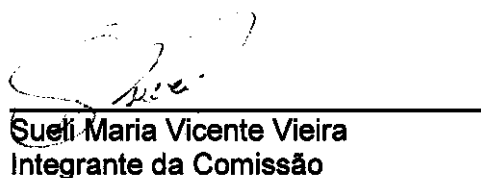
CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA SÃO PAULO (SP) Setor de Licitações



José Carlos Domingues Júnior
Presidente da Comissão de Credenciamento



Tais Izídio de Oliveira Bragatelli
Integrante da Comissão



Sueli Maria Vicente Vieira
Integrante da Comissão

A
Gerência de Área

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2011/7421-0130 – SL - Credenciamento de Sociedades de Advogados para a composição de cadastro dos prestadores de serviços técnicos de natureza jurídica ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, para atuação em todo o território nacional, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, com a finalidade de cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, consistindo a prestação dos serviços na prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial, em primeiro e segundo graus de jurisdição, bem como em Juizados Especiais, Colégios e Turmas Recursais, conforme discriminado na cláusula Segunda do Contrato constante do Anexo II do Edital. Apresentamos nossa análise do conteúdo da impugnação apresentada pela cidadã GISELE FELICIO FARHAT – Avenida Pompéia, nº 430, apto 52 – Pompéia - São Paulo – SP.

1. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:

O pedido de IMPUGNAÇÃO foi apresentado fora do prazo estabelecido no Art. 41, Parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

2. DO PEDIDO:

A cidadã requer o acolhimento da impugnação determinando o fracionamento da licitação em duas fases distintas, de acordo com o parágrafo 1º e 2º do artigo 23 da Lei de Licitações, e o reconhecimento de que os atos da fase pré-processual não são privativos de advogados, na forma das razões expostas.

3. DAS ALEGAÇÕES:

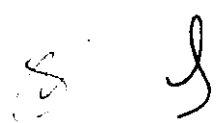
A Impugnante insurge-se, em resumo, contra a divisão prevista na prestação dos serviços que serão executados com a finalidade de cobrança dos créditos, como também da exigência de que os serviços a ser contratados sejam prestados por advogados, uma vez que há atos que não são privativos desses.

Como argumento, destaca o entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema, em especial o Acórdão nº 2.393/2006 e Decisão 348/1999, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler.

4. DA ANÁLISE:

Com base em parecer técnico, passamos à análise e decisão quanto à impugnação apresentada.

A respeito do assunto, importa esclarecer, que a prestação de serviços conforme se pretende contratar, não deve ser fracionada. Não se tratam de fases ou etapas, aptas a ensejar a realização de um procedimento licitatório para cada uma delas,



mas divisão de atos e de procedimentos para efeitos meramente organizacionais, sob pena de não se realizar a prestação do serviço de forma satisfatória para a Administração Pública. Embora o artigo 23, parágrafos 1º e 2º entenda como devido o fracionamento, em se tratando de prestação de serviços em etapas, a jurisprudência é clara ao legitimar tal medida, desde que haja viabilidade econômica e técnica para a Administração. Portanto, não se trata de uma exigência da lei feita de forma incondicional. A corroborar, destacamos os seguintes acórdãos, proferidos pelo TCU:

“O parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 8.666/93 estabelece a possibilidade da Administração fracionar o objeto em lotes ou parcelas desde que haja viabilidade técnica e econômica” (Acórdão nº 2.393/2006, Plenário, rel. Min. Benjamim Zymler) – *grifo nosso*.

“Ao elaborar certames licitatórios, passe a utilizar o parcelamento como regra na contratação de obras, serviços e compras a menos que inviabilidade de ordem técnica, devidamente comprovada, impeça tal atitude” (TCU. Processo nº TC-013.326/1994-5. Decisão Sigilosa nº 673/1994 – Plenário. No mesmo sentido: Processo nº TC-003.009/2001-8. Decisão nº 944/2001 – Plenário). *grifo nosso*

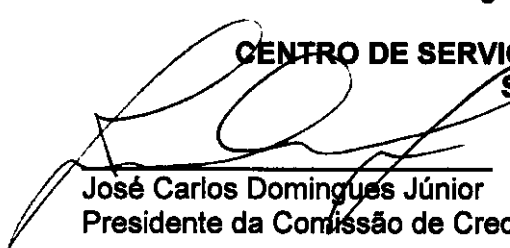
Por fim, em se tratando do insurgimento da Impugnante relativo à exigência de que os serviços que serão prestados sejam feitos por advogados, embora os descritos como da fase extrajudicial não sejam privativos deles, o edital prevê, como seu objeto, o credenciamento de Sociedade de Advogados para a composição de cadastro de prestadores dos **serviços técnicos de natureza jurídica** e não qualquer serviço. Assim sendo, a prestação de serviços de natureza jurídica só podem ser prestados por advogados.

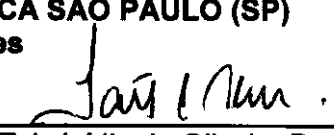
Uma vez que as exigências questionadas encontram amparo legal, jurisprudencial e tendem a garantir efetiva e plena satisfação do objeto deste edital, não vislumbramos quaisquer irregularidades.

5. DA DECISÃO

Analizados os questionamentos trazidos pela cidadã GISELE FELICIO FARHAT, comunicamos a decisão de negar provimento ao seu pedido de impugnação.

CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA SÃO PAULO (SP)
Sector de Licitações


José Carlos Domingues Júnior
Presidente da Comissão de Credenciamento


Tais Izídio de Oliveira Bragatelli
Integrante da Comissão


Syrelli Maria Vicente Vieira
Integrante da Comissão

São Paulo (SP), 08 de junho de 2.011
DINOP / CSL São Paulo (SP) - Setor Licitação 2

A
Gerência de Área

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2011/7421-0130 – SL - Credenciamento de Sociedades de Advogados para a composição de cadastro dos prestadores de serviços técnicos de natureza jurídica ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, para atuação em todo o território nacional, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, com a finalidade de cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, consistindo a prestação dos serviços na prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial, em primeiro e segundo grau de jurisdição, bem como em juizados especiais, colégios e turmas recursais, conforme discriminado na cláusula Segunda do Contrato constante do Anexo II do Edital. Apresentamos nossa análise do conteúdo da impugnação apresentada por SIMONE CASTRO LEITE, Rua Dona Margarida Galvão, 177, apto 51 – CEP 07051-030, Guarulhos – SP.

1. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:

O pedido de IMPUGNAÇÃO foi formalmente acolhido pois foi apresentado dentro do prazo estabelecido no Art. 41, Parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

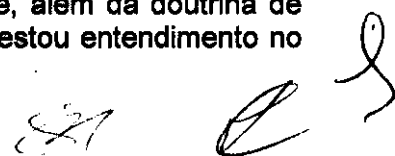
2. DO PEDIDO:

A Impugnante insurge-se contra os seguintes subitens do edital:

- a) subitem 5.2.4, relativo à comprovação da regularidade fiscal da matriz e da filial, perante os Órgãos Fazendários;
- b) subitem 5.2.6, alínea "b", no qual o Banco inviabiliza o credenciamento de sociedades de advogados que foram excluídas de credenciamentos anteriores, por iniciativa do Banco do Brasil, em razão de atuação insatisfatória e ou descumprimento de cláusula contratual;
- c) subitem 7.2, que estabelece hipóteses de não credenciamento;
- d) item 1, do Anexo III, que estabelece o pagamento de até 10% (dez por cento) do valor efetivamente recebido pelo devedor, em caso de pagamento amigável do débito.

3. DAS ALEGAÇÕES:

Com relação ao subitem 5.24, de acordo com a Impugnante, além da doutrina de Marçal Justen Filho, o Superior Tribunal de Justiça, já manifestou entendimento no



sentido de que a apresentação de certidão tanto da matriz, quanto das filiais, somente se justificaria quando ambas forem participar do certame.

A respeito do subitem 5.2.6, alínea "b", a Impugnante alega, em resumo, que somente as penas de declaração de idoneidade e suspensão temporária de participar de licitação, previstas no art. 87, II e IV, da Lei de Licitações¹, autorizam a exclusão do credenciamento nesses moldes.

Entende a impugnante, ainda, que a exigência do subitem 7.2 é ilegal, uma vez credenciado o escritório, não poderá ser preterido na contratação, sob pena de ofensa ao art. 50, da Lei de Licitações.

Por fim, no que tange ao item 1, do Anexo III, aduz a Impugnante, em suma, que tal previsão afronta as normas de direito do consumidor, tendo em vista que obriga o consumidor ao pagamento de honorários advocatícios sem que haja ajuizamento de ação correspondente.

4. DA ANÁLISE:

Com base no parecer técnico, passamos à análise e decisão quanto a impugnação impetrada.

I – Subitem 5.2.4

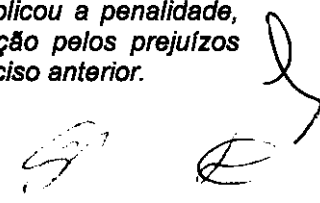
A respeito do assunto, importa esclarecer que matriz e filial não são pessoas jurídicas distintas. Ao contrário, representam, apenas, estabelecimentos distintos pertencentes à mesma pessoa jurídica. Vale dizer, é a pessoa jurídica licitante que, se ao final for vencedora, assinará o contrato com a Administração Pública.

No âmbito tributário, contudo, matriz e filial gozam de autonomia entre si, razão pela qual exige-se a inscrição distinta no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

Dai infere-se que tal distinção é apenas para fins fiscais, ou seja, a matriz pode apresentar débito e a filial não, e vice-versa, havendo tratamento distinto para ambas sob esse aspecto.

Insta salientar que, embora exista esse tratamento diferenciado em termos fiscais, por se tratar da mesma pessoa jurídica, não há que se falar em insolvência apenas da filial ou da matriz. Ou seja, os débitos, tanto da matriz, quanto da filial, **impactam diretamente não apenas no resultado, mas sobretudo na "saúde" financeira da pessoa jurídica como um todo.**

¹ Art. 87. *Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: (...) III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.*



(...)

b) *excluídas de credenciamentos anteriores, por iniciativa do Banco do Brasil S.A., em razão de atuação insatisfatória e ou descumprimento de cláusula contratual;*

Com efeito, tal exigência visa selecionar empresas que jamais incorreram em quaisquer práticas de má condução na prestação dos seus serviços, ainda que essas ocorrências tenham sido de menor relevância e, portanto, não ensejaram penalidades tão graves quanto acima citadas.

Mais que isso, visa selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do que estabelece o art. 3º da Lei de Licitações³.

Nesse sentido, importa destacar os ensinamentos de Marçal Justen Filho⁴, ao comentar o inciso I, do dispositivo citado⁵:

O disposto não significa, porém, vedação às cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada a não selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse coletivo, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. A invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação.

(...)

O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para a seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir.

Destarte, considerando o exposto, consideramos lícita a exigência prevista no Subitem 5.2.6, alínea "b", do edital.

III – Subitem 7.2

³ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

⁴ In **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Dialética, São Paulo, 2009, p. 80.

⁵ Art. 3º (...) § 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Assim sendo, ao exigir a regularidade fiscal tanto da matriz quanto da filial, a Administração visa resguardar-se contra possíveis prejuízos ao Erário, especialmente caso a empresa não possa adimplir com suas obrigações de natureza tributária.

Adverta-se que há certos tributos, especialmente em relação ao INSS e ao FGTS, cuja arrecadação é feita de forma centralizada, abrangendo, portanto, matriz e filiais. Neste caso, tais certidões, mesmo as apresentadas pelas filiais, são expedidas em nome da matriz, sem que nisto haja qualquer ilegalidade (TCU, decisão nº 679/97).

Por essas razões, não vislumbramos quaisquer irregularidades na forma prevista no certame de comprovação da regularidade fiscal da empresa.

A corroborar, destacamos trecho do voto relator de acórdão citado pela própria Impugnante²:

(...)

Já RENATO GERALDO MENDES, em sua obra intitulada "Lei de Licitações e Contratos Anotada", é bem mais específico, verbis:

"Marçal Justen Filho entende que a prova de regularidade fiscal deve ser relativa à matriz e filiais."

(...)omissis.

"A maior dúvida em torno da norma diz respeito à definição de "sede do licitante". Sob o ponto de vista tributário, cada estabelecimento (ou seja, a matriz e cada uma das filiais) é considerado domicílio tributário. Já sob o ponto de vista do Direito Comercial, sede é o lugar onde se concentra a administração da pessoa jurídica, o comando da empresa: normalmente a matriz. Como a questão é fiscal, vale a definição tributária acima exposta. Não obstante o reconhecimento dessa questão e, ainda, com a finalidade de evitar problemas operacionais para os licitantes e para a própria Administração, entendo que a prova de regularidade deve ser relativa à matriz (sempre) e da filial que vai executar o contrato, se for o caso. Mesmo na hipótese de o contrato ser executado pela matriz, não vejo impedimento de se exigir a prova de regularidade da filial situada no estado ou município que promove a licitação. Se é possível, em princípio, solicitar a prova de regularidade da matriz e de todas as filiais, não há impedimento para que se adote esta última alternativa. Quem pode mais, tem de poder menos, exceto se a lei impedir o menos, o que não é o caso". (Síntese Editora, 4ª edição, pág. 108). (destacamos)

2. Diante dos expostos, verifica-se que não procedem os argumentos apresentados pela Impugnante.

II – Subitem 5.2.6, alínea "b"

Dispõe o subitem citado:

5.2.6 Não serão credenciadas as sociedades de advogados:

² Superior Tribunal de Justiça, Resp 900.604/RN, Rel. Min. Falcão, j. 15.03.2007.

O subitem citado, estabelece que:

7.2 Ainda que credenciadas, não serão contratadas as Sociedades de Advogados:

- a) que figurem como parte em ações judiciais ou administrativas contrárias ao Banco do Brasil S.A. ou às suas subsidiárias;*
- b) de que façam parte sócios, advogados empregados, associados ou conveniados, inclusive seus cônjuges ou companheiro(a)(s), que patrocinem ou figurem como parte em ações judiciais ou administrativas contrárias ao Banco do Brasil S.A. ou às suas subsidiárias;*
- c) de que façam parte sócios, advogados empregados, associados ou conveniados, inclusive seus cônjuges ou companheiro(a)(s), que estejam inadimplentes junto ao Banco do Brasil S.A. ou às suas subsidiárias.*

Ocorre que, como bem observa a Impugnante, a contratação é "... expectativa legítima de direito de quem está credenciado e **ainda mantém as condições de seu credenciamento**".

Ora, se após credenciado, o escritório enquadrar-se em uma das hipóteses previstas no subitem questionado, é certo que **não manterá mais as condições de credenciamento**, por existir, de forma evidente, **colidência de interesses**, eis que, como defensor dos interesses deste Banco, poderá valer-se de informações privilegiadas.

O que se pretende com tal exigência é evitar a burla às condições previamente estabelecidas para o credenciamento, pois, salvo contrário, bastaria isso para então o escritório promover, após a habilitação, direta ou indiretamente, demandas contra o Banco do Brasil.

Por essa razão, não prosperam os argumentos aventados pela Impugnante.

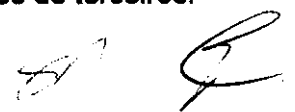
IV – Item 1, do Anexo III

O item 1, do Anexo III determina que, na hipótese do recebimento do débito pela via amigável, o Banco do Brasil não é responsável por qualquer pagamento à empresa Contratada, que será remunerada exclusivamente por honorários cobrados do devedor, até 10% (dez por cento) sobre o valor efetivamente recebido.

Aduz a Impugnante, em suma, que tal previsão afronta as normas de direito do consumidor, tendo em vista que obriga o consumidor ao pagamento de honorários advocatícios sem que haja ajuizamento de ação correspondente.

Importa registrar, antes de tudo, que inexistente relação de consumo, seja entre o licitante e o Banco, seja entre o licitante e o devedor, de modo que se apresenta inadmissível a tese aventada pela Impugnante.

Ainda que se cogitasse da relação entre o Banco e o devedor, essa sim sujeita às normas consumeristas, é certo que esta não é a via adequada para tanto, tampouco goza a Impugnante de **legitimidade ativa** para defender interesses de terceiros.



Assim sendo, do mesmo modo, não merece prosperar os argumentos aduzidos sob esse aspecto.

5. DA DECISÃO

Analizados os questionamentos trazidos pela Srª SIMONE CASTRO LEITE comunicamos a decisão de negar provimento ao seu pedido de impugnação.


CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA SÃO PAULO (SP)
Setor de Licitações



José Carlos Domingues Júnior
Presidente da Comissão de Credenciamento



Tais Izídio de Oliveira Bragatelli
Integrante da Comissão



Sueli Maria Vicente Vieira
Integrante da Comissão

São Paulo (SP), 08 de junho de 2.011
DINOP / CSL São Paulo (SP) - Setor Licitação 2

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2011/7421-0130 – SL - Credenciamento de Sociedades de Advogados para a composição de cadastro dos prestadores de serviços técnicos de natureza jurídica ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, para atuação em todo o território nacional, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, com a finalidade de cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, consistindo a prestação dos serviços na prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial, em primeiro e segundo graus de jurisdição, bem como em juizados especiais, colégios e turmas recursais, conforme discriminado na cláusula Segunda do Contrato constante do Anexo II do Edital. Apresentamos nossa análise do conteúdo da impugnação apresentada pela empresa MACHADO & VIEIRA ADVOGADOS – Rua Barão de Melgaço, nº 3.508, Edifício Irene - Centro – Cuiabá (MT).

1. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:

Registramos a tempestividade da presente impugnação, considerando-se o disposto no artigo 41 e seus parágrafos, da Lei 8666/93.

2. DO PEDIDO:

A citada sociedade de advogados requer a suspensão da excessiva exigência, prevista nos subitens 5.2.4, alínea "I", 5.3.3 e 5.5 do edital, na forma das razões expostas.

3. DAS ALEGAÇÕES:

A impugnante insurge-se contra a exigência prevista no subitem 5.2.4, alínea "I", que estabelece a necessidade de comprovação da prestação dos serviços licitados em, no mínimo, 20 (vinte) Unidades da Federação, e contra os subitens 5.3.2 e 5.5 que fixam critérios de classificação e de cadastro.

Para tanto, além da doutrina de Jessé Torres Pereira Júnior e de Hely Lopes Meirelles, a Licitante cita a Lei de Licitações, no sentido de que tais exigências são excessivas e restringem a competitividade. Além disso, sustenta a violação aos princípios da legalidade, da isonomia e da proposta mais vantajosa para a Administração.



Com relação ao requisito da comprovação da prestação de serviços em, no mínimo, 20 (vinte) Unidades da Federação, argumenta que restringe a competitividade uma vez que *"a exigência de um único escritório atuar no mínimo em 20 (vinte) Federações, (...) tende a privilegiar uma meia dúzia de grandes escritórios, o que certamente prejudicará a impugnante, que atua somente em 7 (sete) Federações"*.

4. DA ANÁLISE:

Com base no parecer técnico, passamos à análise e decisão quanto a impugnação impetrada.

Acerca do assunto, é importante consignar que, não obstante a justificativa da impugnante, a mera demonstração do potencial para a prestação dos serviços objeto da licitação não é suficiente para o Banco. Outrossim, há que se comprovar efetivamente a possibilidade concreta de que o serviço será prestado de maneira satisfatória. Tal comprovação só é possível mediante a apresentação dos atestados exigidos no edital.

Isso porque o Banco, em razão da quantidade, do volume de suas operações e da capilaridade de sua rede de dependências, demandará expressivamente os escritórios contratados para defesa de seus interesses em todo o território nacional, o que lhes exigirá capacidade técnica e operacional mínima para assegurar que o serviço será prestado, de forma satisfatória e em condições de atender as demandas oriundas de todas as regiões do País.

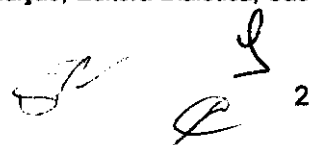
Ademais, ressalte-se que o tipo de serviço a ser prestado está diretamente ligado à atividade fim do Banco do Brasil. Logo, se a potencialidade do atendimento não se confirmar durante a execução dos serviços, haverá impacto negativo diretamente no seu resultado, inclusive com danos ao erário.

Dai a necessidade de se comprovar, não só a estrutura operacional, mas também o nível de especialização, a experiência e o desempenho prévio no atendimento de abrangência nacional, bem como a sua reputação nesse mercado.

Corroborando esse entendimento, Marçal Justen Filho¹, ao comentar o artigo 30 da Lei de Licitações, leciona que:

"As exigências quanto à qualificação técnica devem estar previstas de modo expresse. Para tanto, a Administração devesse verificar os requisitos para desempenho das atividades que constituirão encargo do sujeito contratado. Eventualmente, a execução da prestação pressupõe o domínio de determinado tipo de habilidade ou de certas tecnologias; (...) em outros, é imprescindível a participação de pessoal qualificado. Admite-se comprovação de experiência anterior na execução de prestações semelhantes. O conceito de 'qualificação técnica' permite, por isso, ampla definição para o caso concreto. Alude-se, nessa linha, à qualificação técnica real. Significa que a qualificação técnica a ser investigada é não apenas aquela teórica, mas também a efetiva, concreta, prática. É a titularidade de condições práticas e reais de execução do contrato. Em vez de exame

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª Edição, Editora Dialética, São Paulo: 2009 – p.416.

 2

apenas teórico do exercício da atividade, as exigências voltam-se para a efetiva condição prática de desempenhar satisfatoriamente o objeto licitado”.

Outro aspecto abordado pela impugnante diz respeito ao excesso de atestados exigidos para comprovação da qualificação técnica.

Nesse particular, optou-se pela contratação de empresas com capacidade técnica e operacional mínima para assegurar que o serviço seja prestado, de forma satisfatória, nas 27 UF do País, exigindo-se, para tanto, a comprovação de experiência/atuação na prestação dos serviços objeto do certame em, pelo menos, 20 UFs no País, por necessidade da Administração.

Nesse sentido decidiu o Superior Tribunal de Justiça²:

“2. Não se comete violação art. 30, II, da Lei nº 8.666/93, quando, em procedimento licitatório, a Administração Pública edita ato visando a cercar-se de garantias o contrato de prestação de serviços de grande vulto e de extremo interesse para os administrados.

3. Tendo em vista o elevado montante dos valores objeto de futura contratação, é dever do administrador público realizar todas as etapas do processo seletivo do prestador do serviço com grande cautela, pautando-se rigorosamente pelos preceitos legais aplicáveis, especialmente o artigo 30 § 1º, da Lei nº 8.666/93, e outros pertinentes.”

Note-se que, aplicando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o Banco busca aferir a qualificação técnica dos licitantes em apenas 20 Unidades da Federação, sendo que os credenciados deverão ter plenas condições de atuar na defesa dos interesses do conglomerado em todo território nacional, nas 27 UFs.

Ressalte-se que os requisitos constantes do edital não têm como finalidade cercar a participação de sociedades de advogados ou privilegiar outras, mas sim possibilitar a contratação daquelas que possuem condições mínimas para a satisfatória prestação dos serviços contratados. As condições valem para todas as empresas e serão contratadas todas as que se habilitarem no processo, mediante a comprovação de sua aptidão, preservando-se, assim, o princípio da isonomia e da competitividade.

Assim, considerando a atuação pulverizada do Banco do Brasil em toda a extensão do território nacional e o vultoso volume de demandas, é plenamente razoável e proporcional a exigência de comprovação de qualificação técnica dos interessados em, no mínimo 20 UF. Além disso, em razão de sua natureza jurídica, o Banco do Brasil tem o dever de observar os princípios da economicidade e da eficiência na gestão dos processos terceirizados, com vistas a obter o melhor serviço ao menor custo operacional.

Quanto aos critérios de julgamento estabelecidos reiteramos que estes se traduzem na forma mais objetiva e legal de classificação dos licitantes, pois trazem requisitos objetivos de comprovação da atuação dos escritórios.

² Superior Tribunal de Justiça, RMS nº 13.607/RJ, 1ªT., Rel. Min. José Delgado, j. 02.05.2002, DJ de 20/08/2001.



E finalmente, no que se refere previsão de que o Banco chamará as 6 (seis) primeiras colocadas para celebração do contrato e as demais constituiram cadastro de reserva, sendo contratada, a seu exclusivo critério quando julgar necessário, trata-se de faculdade da Administração Pública, que de acordo com análise da conveniência e oportunidade, amparada pelo interesse público, celebrará os contratos. Portanto, a Administração não está obrigada a contratar todos os vencedores. No entanto, está obrigada, se entender por conveniente e oportuna a contratação, respeitar a ordem de classificação dos vencedores.

Por essas razões, não vislumbramos quaisquer irregularidades na forma de comprovação da qualificação técnica estabelecida no certame.

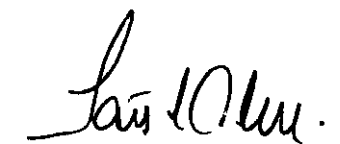
5. DA DECISÃO:

Analizados os questionamentos trazidos pela empresa MACHADO & VIEIRA ADVOGADOS, comunicamos a decisão de negar provimento ao seu pedido de impugnação.

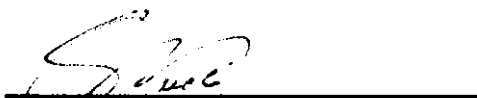
CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA SÃO PAULO (SP) Setor de Licitações



José Carlos Domingues Júnior
Presidente da Comissão de Credenciamento



Tais Izídio de Oliveira Bragatelli
Integrante da Comissão



Suelli Maria Vicente Vieira
Integrante da Comissão